



Jornal do

# FEDERAL

Informativo do Conselho Federal de Psicologia

Ano XIII Nº52 Fevereiro de 1998

15 ABR 1998

## Psicólogo: um alerta!

É crescente o número de profissionais com pouca ou nenhuma qualificação que oferecem serviços como se fossem psicólogos. Trata-se de uma ameaça à população, que fica exposta a consumir serviços inadequados. Preocupado com esta questão, o CFP está organizando uma teleconferência, a ser realizada no dia 24 de abril, das 9 às 12 horas. Os psicólogos terão a oportunidade de acompanhar tudo ao vivo, pela TV, e participar via fax. Página 3.

O CFP ADVERTE:  
SERVIÇOS DESQUALIFICADOS  
FAZEM MAL À SAÚDE



**4** O desinvestimento de FHC na Saúde Pública

**8** A vitória dos psicólogos na volta do psicotécnico

**14** Eleições nos CRPs e CFP serão dia 27 de agosto

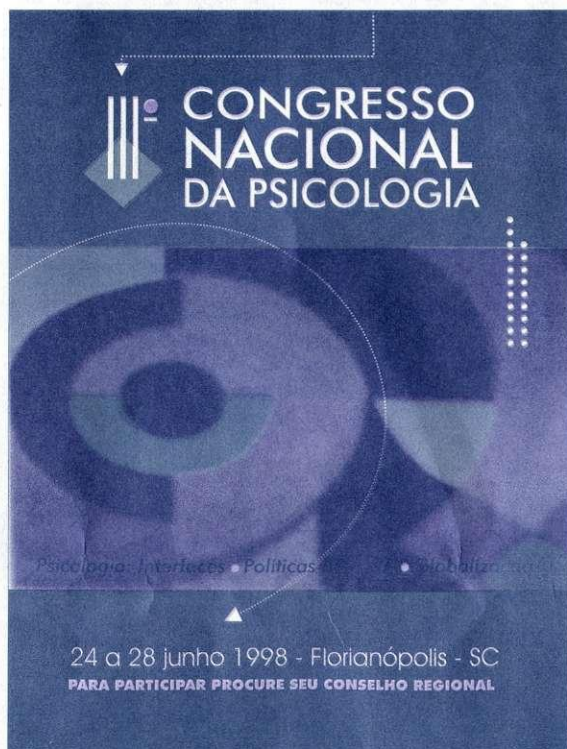
**14** CFP faz campanha contra militar torturador



III Congresso Nacional da  
Psicologia acontecerá em  
Florianópolis, de 24  
a 28 de junho. (encarte)



## Opinião



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Presidente  
Ana M. B. Bock

Vice Presidente  
Francisco J. M. Wiana

### Expediente

Secretário  
Marcus V. de O. Silva  
Tesoureiro  
José C. Tourinho e Silva  
Dir. Região Sul  
Alvaro L. Aguiar  
Dir. Região Sudeste  
Ernesto J. dos Santos  
Dir. Região Centro-oeste  
Deusdeth do C. Martins  
Dir. Região Nordeste  
Loeuzo L. da S. Farias  
Dir. Região Norte  
Jorge M. Costa  
Conselha Editorial  
Xª Plenária  
Conselheiros Suplentes  
Marcos R. Ferreira - Marta E. de Souza  
Odair Furlado - Cândido do S. C. Almeida  
Francisco Eduardo da Costa  
Marta de L. J. Contini  
Jorge Braide - Julieta Arsenio  
Rosa M. B. Albanezi  
Coordenador Editorial  
Alvaro L. Aguiar  
Jornalista Responsável  
Eduardo Wendhausen Ramos  
MS 3307/DF  
Projeto Gráfico e  
diagramação  
Sandra Cardoso Lopes  
Distribuição gratuita  
Tiragem:  
96.500 mil exemplares  
SRTVN, Edifício Brasília  
Rádio Center s/4024  
CEP 70719-900  
Fones: 061 328 1814 061 328 1946  
Fax: 061 328 1728  
E-mail: federal@rudah.com.br

**Atenção psicólogo.**  
*Os Conselhos Regionais e Federal têm em sua estrutura um espaço de discussão e deliberação das políticas que norteiam suas ações. São os Congressos Regionais e Nacional da Psicologia. São encontros trienais e as deliberações são orientadoras da intervenção dos Conselhos em assuntos específicos que compõem seus temários. 1998 é o ano do III Congresso Nacional da Psicologia. Vamos nos debruçar sobre assuntos importantes, como Globalização e suas repercussões na profissão, a Psicologia e os movimentos estratégicos para a intervenção dos Conselhos nas políticas públicas e a profissão de psicólogo e suas interfaces com outras profissões. São três temas amplos, atuais e de maior importância social. São os psicólogos construindo um pensamento político sobre sua profissão e sobre a inserção de seu trabalho em nossa sociedade.*

*Psicólogo, o III Congresso Nacional da Psicologia é seu! Não deixe de participar, de vir dar sua opinião, de vir ouvir seu colega, na busca da construção conjunta de diretrizes de ação para os Conselhos Profissionais. Este ano também teremos que votar e duas vezes: uma, para Presidente, Governador, Senadores e Deputados Federais; outra para escolher os conselheiros da próxima gestão 1.998/2.001, dos Conselhos Regionais e Federal.*

*Congressos e eleições marcarão um ano político em nossa categoria. Escolher dirigentes e definir diretrizes de ação são tarefas da mais alta responsabilidade. Você precisa acompanhar o processo e nós, dirigentes atuais dos Conselhos, precisamos da sua participação. Sabemos que a vida dos psicólogos é atribulada e cheia de compromissos, mas deixe um lugarzinho especial em sua agenda de 98 para debater as eleições e participar da construção do III CNP.*

## Cartas

"Parabéns pelo precioso informativo que tem sido o Jornal do Federal. Aproveito para sugerir que o Conselho pondere junto aos poderes judiciário e governo a possibilidade da criação do cargo de Psicólogo-Ouvidor, para prestar serviços nos presídios. Gostaria que o Conselho Federal desse maior atenção ao valor das consultas pagas pelos credenciados(...)." Norma Maria José Rollas - CRP 05/RJ

"Gostaria de elogiar o trabalho da revista e do jornal que recebo e aproveitar para confirmar a importância desta atualização em nossa área profissional(...)." Débora Leal Silva - CRP07/São Leopoldo, RS

"Meus sinceros parabéns!!! Qual não foi minha surpresa ao ver minhas idéias compreendidas no Jornal do Federal!!! Taí, me sinto orgulhosa de ser brasileira. De ver que as pessoas que estão relacionadas ao nosso Conselho realmente praticam os propostos do nosso código e cumprem com o nosso juramento no que se refere a promover a compreensão maior do ser humano(...). Sinto orgulho de pertencer a esse Conselho!!!" Fátima Cristina Ferreira - CRP 05

### Em debate

"A Sociedade Brasileira de Psicologia se congratula com o Conselho Federal de Psicologia por esta importante vitória de restabelecimento do exame psicotécnico como parte da avaliação do candidato a carteira de habilitação. Na oportunidade, manifesta seu desejo de que o evento sirva de estímulo à Psicologia para que se desencadeiem esforços com vistas ao desenvolvimento de estudos sistemáticos que subsidiem ações concretas voltadas à educação para o trânsito. Parabéns CFP!" Maria Angela G. Feitosa, presidente da SBP

"Valeu reclamar. Somos uma força. Parabéns CFP!"  
Elysette Lima da Silva - CRP 05

"Parabéns a todos os psicólogos que se mobilizaram pela manutenção do teste psicotécnico no novo Código de Trânsito. Eu só espero que algumas mudanças sejam realizadas nesse teste, pois da forma como ele é desenvolvido, realmente concordo com o Sr. Fernando Henrique: não há necessidade de ser aplicado. Acho que nós, psicólogos, deveríamos também nos mobilizar para melhorar a qualidade do teste." Andrea Martins - CRP06/SP

"Você deve ter visto o editorial da Folha sobre o psicotécnico (23/01/98)? Diz que deveria haver mais fiscalização na aplicação, menciona casos que não sei se são verídicos em que pessoas não habilitadas aplicam o psicotécnico, e sugere que a fiscalização mais rigorosa integre o projeto de lei. Acho um fator importante pelo qual os psicólogos devem também se mobilizar."  
Elisa Sayeg - CRP 06

Os artigos assinados não são de responsabilidade do CFP

Escreva para esta coluna, através do endereço:  
SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024 A Brasília DF  
CEP 70719 900 E-mail: federal@rudah.com.br



## Alerta Geral

# Disputa por mercado descaracteriza a profissão e coloca população em risco



Há diferentes grupos de profissionais que se fazem passar por psicólogos. Em sua grande maioria, eles se apropriam de fragmentos do conhecimento psicológico e, sem formação adequada garantida, os aplicam de forma descontextualizada. Apropriam-se da imagem construída por profissionais da área da Psicologia e passam a oferecer serviços para os quais não se preparam adequadamente. Seu exercício profissional acontece à margem de qualquer controle social institucionalizado, colocando em risco as pessoas que se utilizam de seus serviços.

Diferentes fronteiras profissionais precisam ser discutidas em áreas de atuação como a de recursos humanos, psicoterapia e educação. A Psicopedagogia, por exemplo, deve ter uma importância reconhecida como especialização, mas é preciso discutir o equívoco de tentar transformá-la em profissão. Psicólogos estão sendo pressionados por conselhos regionais de Administração, pelo fato de trabalharem na área de recursos humanos. Profissionais de diferentes formações passam a oferecer serviços de atendimento psicológico sem a habilitação necessária.

## O alerta será feito por teleconferência

Estes assuntos serão expostos e debatidos em uma teleconferência, via Embratel, que está sendo organizada pelo Conselho Federal de Psicologia, no próximo dia 24 de abril, às 9 horas. Por meio de um processo interativo, pessoas de diferentes regiões do país poderão conhecer os problemas que a categoria vem enfrentando, bem como as iniciativas que já estão tomadas para saná-los. Durante o evento, será possível apresentar propostas, criticar e debater encaminhamentos e soluções.

## Iniciativa possibilita democracia direta

A participação dos psicólogos brasileiros, nesta forma inovadora de discutir a profissão, é da maior importância. Trata-se de um meio de interferir diretamente sobre as decisões do Conselho Federal de Psicologia. Além disso, possibilita o enriquecimento dos debates e deliberações do III Congresso Nacional da Psicologia, que acontecerá em junho.

## Como participar

A teleconferência será transmitida, ao vivo, no dia 24 de abril, das 9h às 12h, a partir do auditório da Embratel em Brasília. As imagens poderão ser captadas por antena parabólica, através do transponder 6A1, na frequência 3910, com polarização horizontal. Muitas emissoras de TV a cabo também estarão transmitindo, por isso, consulte a relação apresentada nesta página. Caso o canal de sua região não esteja relacionado, entre em contato com o CFP para saber se ele passou a aderir nossa rede de transmissão, após o fechamento desta edição.

Universidades, Conselhos Regionais, entidades, ou até mesmo um grupo de amigos, podem organizar um auditório para acompanhar a teleconferência. Basta ter um aparelho de televisão (ou telão) e uma antena parabólica (ou TV a cabo, desde que esteja em alguma das cidades relacionadas a seguir). Os telespectadores poderão interagir com a teleconferência, através de fax, pelo número 061 316 8338, formulando perguntas ou comentários pertinentes aos assuntos em questão.



## TVs a cabo que confirmaram a transmissão

Cidade	Emissora	Canal
Anápolis/GO	Multicanal	36
Arapongas/PR	NET	20
Bajé/RS	Multicanal	20
Bauru/SP	NET	27
Belém	TV Filme	38
Belo Horizonte/MG	Multicanal	14
Bento Gonçalves/RS	NET	20
Blumenau/SC	NET	20
Brasília/DF	NET	36
Brasília/DF	TVA	38
Campo Grande/MS	Multicanal	36
Capão Novo/RS	NET	20
Catanduva/SP	NET	37
Caxias do Sul/RS	NET	20
Chapecó/SC	NET	20 ou 11
Concórdia/SC	NET	31
Criciúma/SC	NET	20
Cruz Alta/RS	NET	20
Curitiba/PR	NET	20
Erechim/RS	NET	20
Farroupilha/RS	NET	20
Florianópolis/SC	NET	20
Goiânia/GO	Multicanal	32
Goiânia/GO	TVA	38
Jaraguá do Sul/SC	NET	31
Joaçaba/SC	NET	20
Joinville/SC	NET	20
Lageado/RS	NET	20
Lages/SC	NET	20
Londrina/PR	NET	7
Maringá/PR	NET	20
Novo Hamburgo/RS	NET	20
Passo Fundo/RS	NET	20
Pelotas/RS	NET	20
Piracicaba/SP	Multicanal	36
Porto Alegre/RS	NET	20
Ribeirão Preto/SP	Multicanal	36
Rio Grande/RS	NET	20
São José do R. Preto/SP	Multicanal	30
Santa Cruz do Sul/RS	NET	20
Santa Maria/RS	NET	20
Santos/SP	Multicanal	36
São Paulo/SP	Multicanal	36
São Paulo/SP	NET	99
Sorocaba/SP	NET	99
Uberlândia/MG	Image TV	15
Umuarama/PR	NET	20
Uruguaiana/RS	NET	20
KTV de várias cidades	TV Jockey	32
Várias cidades	TVs Comunitárias	-



## Políticas Públicas

# "1997: o ano da saúde no Brasil"



*Durante a campanha eleitoral, o então candidato Fernando Henrique Cardoso mostrava*

*a mão aberta, apontando cada dedo como uma prioridade do seu futuro governo. Aquela mão significava a promessa de melhorar as condições de saúde, segurança, educação, emprego e moradia. No ano passado, FHC exagerou na propaganda quando anunciou: "1997 é o ano da saúde no Brasil"*

Em propagandas oficiais, o governo federal anunciava: "1997 é o ano da saúde no Brasil". Mas o ano passado foi completamente oposto à imagem de saúde pública que Fernando Henrique Cardoso tentou passar para a população. Na pesquisa realizada pela Brasmart sobre a situação do Brasil no final de 1997, e divulgada pela revista Isto É de 7 de janeiro de 1998, a população elegeu como maior urgência a necessidade de melhorar os serviços de saúde. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Vox Populi, no final de fevereiro deste ano, e publicada na revista Veja de 4 de março, aponta que o governo cuida da economia e não cuida do social. 42% dos entrevistados afirmaram que a saúde piorou e o Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, foi apontado como o pior ministro do atual governo.

O resultado destas pesquisas não é difícil de ser entendido. Desde 1995, FHC não cumpre a dotação orçamentária destinada à saúde, mesmo porque ele não é obrigado a fazê-lo, já que tem vetado todos artigos de projetos de lei, aprovados pelo Congresso Nacional, que obrigariam o governo a

executar o orçamento. Ao contrário do Brasil, onde os valores especificados por deputados e senadores no orçamento da União são apenas indicativos, nos Estados Unidos, o presidente tem a obrigação de destinar os recursos públicos para os fins previamente orçados. Para Arlindo Chinaglia, deputado federal pelo PT/SP, "a Lei Orçamentária é uma farsa, pois não obriga o governo a cumpri-la, apenas autoriza o Poder Executivo a executar os gastos determinados."

O orçamento da União é sempre definido pelo Congresso Nacional para sua realização no ano seguinte. Por exemplo, em 1994, no último ano de governo de Itamar Franco, foi aprovado o orçamento de 1995, que previa R\$27.373.792.340,00 para a área da saúde. FHC estreou na presidência disponibilizando pouco mais de R\$25 bilhões. No decorrer dos anos, o investimento com a saúde seguiu decrescendo. Em 1996, o governo liberou R\$14.361.095.838,00 do total de R\$16.421.901.684,00 previstos. Mas o descaso governamental ficou latente mesmo foi no ano de 1997, quando FHC destinou R\$13.648.382.627,00 enquanto a dotação orçamentária era de R\$22.649.028.62, representando cerca de 60% do que o Congresso Nacional havia indicado como a necessidade da população brasileira.

Na prática, há muita gente dizendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona. Mas o deputado Arlindo Chinaglia, que também é médico, diz que o SUS é uma das grandes conquistas da população a partir da Constituição de 1988. Para ele, se está funcionando mal é porque o governo está deixando toda a área de saúde num completo abandono, e não é acabando com o SUS que serão resolvidos os problemas da população. Em tom de desabafo, Chinaglia comentou: "O Brasil está passando pelo processo de 'chilenização', onde a saúde é apenas mais um espaço para fazer negócios. Um grande exemplo é a regulamentação dos planos de saúde, idealizada pelo governo como tentativa de diminuir a clientela do SUS. Esta regulamentação é a legalização de um crime."

No dito "ano da saúde", dos pouco mais de R\$13 bilhões gastos pelo governo, R\$6 bilhões vieram da CPMF, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, que prevê arrecadar R\$8,5 bilhões este ano. Se o governo continuar com a mesma política de investimento nas áreas sociais, a saúde deverá receber menos da metade da dotação orçamentária, já que FHC jamais investiu o total orçado, e a CPMF está servindo para substituir recursos ao invés de somar-se a eles. Por isso, o deputado Chinaglia insiste em dizer que a CPMF foi uma chantagem para arrancar mais um imposto da população, com a falsa justificativa de que o dinheiro arrecadado serviria para aumentar os recursos

destinados à saúde. Esta afirmação ele havia feito no jornal Folha de São Paulo, na época da aprovação do imposto.

A prevenção é o principal investimento para cuidar da saúde pública, principalmente em relação às crianças. Com esta preocupação, a Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, publicou, no início do ano, o relatório "Situação Mundial da Infância 1998". Um dos dados que mais chama atenção é a classificação dos países no que diz respeito à mortalidade infantil, mais precisamente os menores de cinco anos de idade. Nesta relação, o

*"O Brasil está passando pelo processo de 'chilenização', onde a saúde é apenas mais um espaço para fazer negócios."*

*Deputado Federal Arlindo Chinaglia (PT/SP)*

Brasil ocupa a 79ª colocação em ordem decrescente de taxa de mortalidade, com 52 óbitos anuais para cada mil crianças com idade inferior a cinco anos. Os três piores países, pela ordem, são Níger, Angola e Serra Leoa. Mas é interessante ressaltar que, no Brasil, esta taxa é pior do que no Paraguai, Azerbaijão, México, Colômbia, Suriname, Catar, El Salvador, Emirados Árabes, Kuwait, Jamaica, Cuba, Bósnia-Herzegovina e Irã, entre muitos outros.

Segundo relato da Unicef, a desnutrição é uma emergência silenciosa e invisível, que cobra um preço terrível das crianças e de seus familiares. Decorrente de múltiplos fatores, que incluem falta de alimentos, infecções comuns e evitáveis, cuidados inadequados e falta de acesso a água limpa, a desnutrição é um dos fatores responsáveis por mais de metade dos quase 12 milhões de mortes anuais de crianças menores de cinco anos nos países em desenvolvimento, uma proporção jamais atingida desde que a Peste Negra devastou a Europa no Século XIV.

**Orçamento da União para a Saúde**  
(valores em Reais, desprezados os centavos)


Ano	Orçado pelo Congresso Nacional	Realizado pelo Governo Federal
1995	27.373.792.340,00	25.889.666.652,00
1996	16.421.901.684,00	14.361.095.838,00
1997	22.649.028.626,00	13.648.382.627,00
1998	19.501.690.276,00	resultado no fim do ano



Nosotros

## Mercosul integra a economia e os problemas sociais

*Unir povos para fazer apenas um acordo comercial é muito pouco.*



O Mercado Comum do Sul (Mercosul), além de ser uma união aduaneira, deveria estar voltado para a integração econômica, social, política e cultural. O

Mercosul envolve uma região com um mercado de 200 milhões de pessoas, responsável por 54% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina (aproximadamente U\$ 800 Bilhões), que sedia a maioria das empresas multinacionais neste continente, e que vem recebendo um terço dos investimentos internacionais diretos dirigidos a este. O crescimento do comércio no Mercosul, do final de 1990 até 1996, saltou de U\$ 4,1 bilhões para U\$ 16,7 bilhões. Ao contrário destes dados comerciais, a evolução do bem estar social não acompanhou tamanho progresso. No mesmo período, os países integrantes atingiram seus maiores níveis de desemprego aberto. Uruguai 12%, Paraguai 10%, Brasil 12% e Argentina 17%.

O trabalho informal também cresceu. Os trabalhadores sem proteção trabalhista representam 25% no Uruguai, 70% no Paraguai, 48% no Brasil e 29% na Argentina. Estes números eram praticamente desconhecidos na Argentina e Uruguai, e mesmo no Brasil possuíam uma dimensão bem menor. Embora o Paraguai sempre tenha registrado números altos, sua situação deverá se agravar com a recente aprovação da instalação das Zonas Processadoras de Exportação (Maquillas) em todo seu território. Atualmente, cerca de 30 milhões de empregos assalariados são irregulares e não regulamentados no Mercosul. E o pior é que, na América Latina, oito em cada dez empregos criados são informais.

Outro dado social dramático na América Latina é o trabalho infantil, que atinge cerca de 13,8 milhões de crianças até 14 anos. No Brasil, segundo o IBGE, são 3,8 milhões destas crianças trabalhando, prin-

cipalmente, na agricultura, mineração, indústria, serviços e narcotráfico. O trabalho infantil beneficia, ainda, empresas do setor de exportação, como o sisal que fatura U\$ 100 milhões por ano e onde trabalham 30.000 crianças, a cana de açúcar que movimentava U\$ 8,7 bilhões anuais e onde só no estado de Pernambuco encontram-se 54 mil menores de 14 anos trabalhando, o carvão vegetal que alimenta os altos fornos da indústria siderúrgica, na mineração de cassiterita, na indústria de calçados, etc.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), segundo seu Secretário de Relações Internacionais, Kjeld Aagaard Jakobsen, indica que as mudanças de perspectivas para o Mercosul dependem muito da intervenção das organizações sociais, no sentido de democratizá-lo, com a participação dos diversos atores sociais nas suas decisões. "É fundamental estabelecer fundos para financiar os processos de reconversão produtiva e formação profissional e elaborar uma Carta de Direitos Fundamentais, abordando a necessidade de serem contemplados no âmbito dos acordos, os direitos básicos dos trabalhadores assegurados em várias convenções da Organização Internacional do Trabalho, as normas básicas de preservação do meio ambiente, os direitos das mulheres, crianças e adolescentes e migrantes", afirma Jakobsen.

A esta altura, é preciso avançar na construção de uma coalizão social no Mercosul, de modo que o conjunto da sociedade, particularmente os excluídos da região, possam garantir as mudanças

de rumo necessárias. A Psicologia, aliada às outras ciências, tem o papel de estudar como as relações sociais impostas afetam o mundo interno e a conduta do sujeito. Além disso, os psicólogos devem se firmar como atores sociais, através de propostas e ações conjuntas entre os países da região, a serem desenvolvidas pelos governos, comunidades, grupos e pessoas.

É neste sentido que o intercâmbio científico, os grupos de trabalho sobre os temas de legislação, ética, formação e ação profissional, além das pesquisas conjuntas, adquirem um caráter de grande importância. A única resposta efetiva diante das ações globalizadas do mercado é a ação efetivamente integrada entre os países da América Latina.





## Ciência & Ética

# A lei dos transplantes: o que a Psicologia tem a ver com isto?



Os transplantes de órgãos com finalidade terapêutica, no Brasil, tiveram início na década de 60, ainda com pouquíssimo êxito de sobrevivência dos transplantados. A partir do desenvolvimento de técnicas cirúrgicas, equipamentos de manutenção da vida dos pacientes, medicamentos contra rejeição e, principalmente, da possibilidade de determinar a compatibilidade entre doador e receptor, o transplante de órgãos se difundiu na década de 80. Muitas vezes, pacientes com maiores condições financeiras.

Em 1997, o governo sancionou a Lei 9.434, estabelecendo novas condições legais para o transplante de órgãos no Brasil, que considera doador presumido todo aquele que não manifestar, em seu documento de identidade, o desejo de não doar seus órgãos. Esta lei vem gerando muitas controvérsias na

sociedade porque envolve valores, aspectos religiosos filosóficos e culturais pouco discutidos pela sociedade, sobretudo o conceito de morte.

Consultado pelo Conselho Federal de Psicologia, o médico paraibano, Genival Veloso de França, criticou a lei da doação de órgãos em vários aspectos, mas fez questão de enfatizar o seguinte: "Se a justificativa para esta lei for a de permitir a incrementação do número de transplantes entre nós, acreditamos existir um sério engano, pois, na verdade, se não há mais transplantes, isso se deve à inexistência de condições de posição favorável em relação de paciente, vítima, segundo sua presidente, Ana Mercês Bahia Bock, trata-se de uma legislação progressista, principalmente em relação a possibilidade de democratizar a recepção dos órgãos doados, através do controle social da listagem única dos pacientes candidatos aos transplantes. Ela concorda com as críticas feitas pelo

médico Genival de França quando ele ataca as condições de atendimento a que o governo federal submete os usuários do Sistema Único de Saúde. Mas entende que não é por isso que a nova lei de doação deva ser condenada. "A estrutura do governo tem que ser melhorada para, inclusive, facilitar que o número de transplantes aumente", disse Ana Bock. Torna-se fundamental que os psicólogos estejam preparados e atentos para lidar com as famílias dos recém falecidos, que passam a ser doadores em potencial. A Psicologia tem estado cada vez mais presente nas instituições de saúde, como prontos-socorros, hospitais gerais, trabalhando com pacientes terminais e familiares doentes. São profissionais que dor da perda de uma pessoa

## Psico-oncologia terá congresso em Goiânia

O III Congresso e IV Encontro Brasileiro de Psico-oncologia acontecerá em Goiânia/GO, entre os dias 29 de abril e 2 de maio de 1998. Este evento acontece a cada dois anos, com o objetivo de facilitar a troca de conhecimentos entre profissionais de saúde envolvidos com o tratamento do câncer.

A Psico-oncologia é uma nova área da Psicologia no Brasil, que veio para ocupar um importante espaço no tratamento de pessoas com câncer. Seu foco central baseia-se na melhoria da qualidade de vida dos pacientes e seus familiares, independentemente da fase de evolução da doença. Com esta proposta, profissionais da área da Psicologia trabalham na assistência integral aos doentes, passando pela prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.





## Mercado & Profissão

# Psicólogos reclamam dos credenciamentos da GEAP

O Conselho Federal de Psicologia tem recebido muitas correspondências, de psicólogos e conselhos regionais, reclamando dos convênios com os planos de saúde. A principal crítica é direcionada à Fundação de Seguridade Social GEAP que, em agosto de 1997, publicou a Instrução Normativa nº 007, definindo as regras para concessão e manutenção de tratamento psicológico. As principais questões abordadas nesta instrução são a exigência da formação em Psicoterapia Breve, dos psicólogos credenciados, a limitação do período de tratamento psicoterápico em seis meses, dobrando este tempo nos casos de menores de 18 anos, e a proibição de pacientes receberem tratamento concomitante de psicólogo e psiquiatra.

Para cuidar desta questão, o vice-presidente do CFP, Francisco J. M. Viana, vem mantendo contato com o diretor executivo da GEAP, Ricardo Akel, esclarecendo que não existe especialidade reconhecida na Psicologia, já que a formação do psicólogo no Brasil tem característi-

doença mental. A proibição deste trabalho conjunto significa um retrocesso no tratamento.

Por solicitação do CFP, sindicatos e CRPs estão expressando sua posição, para que a manifestação das entidades de Psicologia saia de forma unificada. O Conselho Federal está trabalhando no sentido de formalizar uma resposta oficial com parecer jurídico à GEAP, procurando, também, negociar uma nova resolução para garantir os direitos dos psicólogos. Contudo, vale ressaltar a importância da permanência do credenciamento de psicólogos por parte da GEAP, valorizando profissionalmente a Psicologia através da sua presença nos serviços de saúde.

A GEAP foi um dos primeiros planos de saúde brasileiros a contratar psicólogos para oferecer tratamento psicoterápico, mas está reclamando dos elevados custos deste tratamento. E justifica a necessidade de contenção de despesas por conta da impossibilidade de aumentar as mensalidades dos clientes. O fato é que a grande maioria dos clientes da GEAP é formada por funcionários públicos, que não podem arcar com mais despesas, já que não recebem aumento há três anos. A política de arrocho salarial que o governo FHC vem implementando acaba prejudicando, por extensão, a todos que vendem serviços ao funcionalismo.

A diretora de serviços aos clientes da GEAP, Eloá Cathi Lôr, faz questão de afirmar que a GEAP Fundação de Seguridade Social é um plano de saúde solidário e sem fins lucrativos, com um milhão de clientes que podem fazer uso de um tratamento psicoterápico. "Precisamos disciplinar a concessão e manutenção deste tratamento, sem trazer danos ou prejudicar a nossa valiosa clientela, já que todos participam das despesas", enfatiza Eloá.

Mesmo cientes de toda a importância dos serviços prestados pela GEAP e das dificuldades financeiras por que passam as empresas que dependem dos massacrados servidores públicos, os psicólogos não abrem mão de algumas questões profissionais básicas. A formação generalista, por exemplo, é uma conquista muito importante para não fragmentar o ensino da Psicologia, por isso os psicólogos continuarão não aceitando a exigência de determinada "especialização" como pré-requisito para o credenciamento em qualquer plano de saúde.

**A formação generalista, por exemplo, é uma conquista muito importante para não fragmentar o ensino da Psicologia**

ca generalista e a Psicoterapia Breve faz parte do currículo básico de todos os psicólogos. Além disso, o registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Psicologia garante aos psicólogos o uso de todas as técnicas psicoterápicas. Não existe curso no Brasil, ainda que seja reconhecido pelo MEC como sendo de pós-graduação, que garanta ao profissional exclusividade no uso destas técnicas psicoterápicas.

No caso da duração máxima estabelecida pela GEAP para os tratamentos psicoterápicos, o CFP não faz restrições na definição dos limites impostos por quem está comprando o serviço, mas também não assegura que o prazo de seis meses seja suficiente para um tratamento eficiente de todos os casos de sofrimento mental. Para o CFP, o tratamento concomitante realizado entre psicólogo e psiquiatra tem se revelado uma ótima parceria no tratamento de casos mais graves da



## Psicólogos têm espaço para ajudar a resolver o Brasil

O governo do Distrito Federal estará promovendo a "Estação 21: Soluções Criativas para um Brasil do Povo", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O evento terá a duração de uma semana, na primeira quinzena de maio, com data a confirmar. Haverá uma grande exposição de soluções criativas no campo das políticas públicas, com ciclo de palestras, mesas redondas e workshops.

O Conselho Federal de Psicologia está oferecendo, aos psicólogos, um estande para exposição de revistas, textos, trabalhos, vídeos, mostras de produtos e muita criatividade. Os psicólogos interessados em enviar seus trabalhos devem entrar em contato com a Assessoria de Comunicação do CFP para melhores esclarecimentos.



## Repercussão

vitória da Psicologia

# Enfim, o psicotécnico está de volta

*Com grande mobilização, os psicólogos conseguiram o que pouca gente acreditava: reverter um veto presidencial*

Agora é lei. O psicotécnico faz parte do Código Nacional de Trânsito, como obrigatoriedade para a primeira habilitação e quando for se projeto de lei foi aprovado na Câmara, no Senado e sancionado pelo Presidente da República. A estratégia dos psicólogos foi apresentar emend

Em dezembro, o Poder Executivo enviou, à Câmara dos Deputados, o PL 4.045/97, alterando pequenos pontos no Código Nacional de psicólogos conseguiram incluir emendas a este projeto, que entrou na pauta do dia 13 de janeiro, mas foi retirado para apreciação durante a j governo tinha pressa em aprovar os projetos referentes ao trânsito que se encontravam em tramitação no legislativo.

Ao perceber o risco de seu PL sofrer atrasos em sua tramitação, devido as emendas apresentadas, o governo aceitou a inclusão do psicot já havia sido aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, bem como pelos respectivos plenários, sempre por seguinte, estivesse vigorando com todo o novo Código.

Foi um acordo histórico conquistado pelos psicólogos, principalmente porque FHC não costuma ter seus vetos derrubados, e sequer apr Portanto, na verdade, os psicólogos conseguiram "derrubar" o veto presidencial, fazendo retornar o psicotécnico e substituindo, no texto do c categoria e das demais profissões da área de saúde.

## A luta começou...

Após dez anos de discussão no Congresso Nacional, deputados e senadores, enfim, aprovaram o novo Código Nacional de Trânsito, em setembro do ano passado. Os parlamentares procuraram ouvir os mais diversos setores organizados da sociedade, principalmente as áreas de conhecimento científico. Surpreendendo a todos, Fernando Henrique Cardoso ignorou toda a participação da sociedade e vetou vários artigos do Código, inclusive o psicotécnico e a obrigatoriedade do "air bag" nos novos automóveis. Esta atitude de FHC gerou muitos protestos, chegando a ser assunto de veementes críticas em comentários do jornalista Alexandre Garcia, da Rede Globo.

Assim que os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, a Associação Nacional de Psicologia do Trânsito (Anpsitran) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) tomaram conhecimento do veto presidencial, começaram as movimentações no sentido de mobilizar a categoria para tentar reverter a decisão de FHC. Logo de início, o CFP enviou ofício a todos os deputados e senadores solicitando a derrubada do veto. A Anpsitran também buscou contatos com os parlamentares em prol da derrubada do veto.

No dia 16 de outubro, cerca de 500 psicólogos e estudantes de todo o Brasil realizaram a "Marcha dos Psicólogos", pela humanização do trânsito e contra o veto do psicotécnico. A passeata teve início na Catedral de Brasília, culminando com uma grande mobilização na entrada do Congresso Nacional, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores, que colaborou com a cessão de um caminhão de som. A movimentação dentro do Congresso Nacional também foi grande. Inicialmente, os seguranças não permitiram a entrada de todos os manifestantes, mas o grupo foi se dividindo e, aos poucos, a grande maioria estava visitando os parlamentares de seus respectivos estados, para solicitar empenho em derrubar o veto ao psicotécnico. A repercussão foi grande.

A partir da passeata, os psicólogos perceberam que a mobilização da categoria, prática ainda nova no meio da Psicologia, poderia ser capaz de desencadear um debate nacional em torno do assunto e, conseqüentemente, criar uma consciência nacional em favor do psicotécnico. Com isso, deputados e senadores ficariam mais sensíveis à necessidade de derrubar o veto presidencial. No mesmo dia 16, logo depois da manifestação, os psicólogos fizeram uma assembléia, onde originou-se o Comitê Nacional da Psicologia, pela derrubada do psicotécnico.

O Comitê Nacional teve a participação de um representante de cada Conselho Regional, do CFP, da Anpsitran e da Fenapsi, funcionando a partir de reuniões telefônicas semanais, sempre custeadas pelo CFP. Nestas reuniões, foram deliberadas todas as estratégias de ações a serem tomadas pelos psicólogos, incluindo visitas a parlamentares e setores do poder executivo, formas de divulgação, contatos com a própria categoria, etc. Como entidade máxima da Psicologia, o CFP teve a conselheira Julieta Arsenio como sua representante no Comitê, que contou com a especial colaboração de Leonor Bicalho e Ricardo Moretzsohn, presidentes dos CRPs 01 e 04, respectivamente.







## Acontece no Legislativo

O Congresso Nacional parece que se tornou um subscritório de Fernando Henrique Cardoso. No lugar de fazer as leis e apreciar as medidas provisórias, a base de sustentação do governo, composta pela maioria dos deputados e senadores, "assina um recibo em branco" para que o Presidente da República conduza o país com medidas provisórias. Se as coisas continuarem assim, esta coluna deverá mudar seu nome para mais, sua dedicação "Legislativo". Um exemplo Palácio do Planalto". É a MP 1549-40/98,

*O Projeto de Lei 2782/97, que reconhece o valor de documento de identidade à carteira de terapeuta holístico, tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados. O relator, Prisco Viana (PPB/BA), entregou seu parecer manifestando-se pela constitucionalidade e juridicidade da proposta. Porém, seu voto quanto ao mérito é pela rejeição do projeto por considerar que a profissão de Terapeuta Holístico não é regulamentada. É bem provável que o Projeto seja arquivado, mas o CFP continua de olho para evitar qualquer surpresa.*

Como já era de se esperar, os parlamentares não apreciaram os vetos de FHC contra a Psicologia. Um bom exemplo é o projeto que prevê o direito ao educando ao atendimento psicológico-educacional. Após aprovação pelo Congresso, houve o inexplicável veto presidencial. Será que é pelo fato de as escolas terem que investir em mais profissionais? Dizem que FHC fez duas grandes ações ao mesmo tempo: ajudou as escolas particulares e evitou gastos do governo com educação. No Brasil, uma caneta na mão do Presidente da República vale mais do que todo o Poder Legislativo, mostrando o nível de independência entre os três poderes. Salve nossa democracia!

*Os outros projetos de lei continuam na mesma. Este ano vai ser difícil aprovar alguma coisa. Mesmo assim, é necessário continuar acompanhando tudo, pois também é possível que aconteçam aprovações à surdina. O CFP está atento! Principalmente quanto à tentativa de regulamentação da Psicopedagogia como profissão.*

itido por uma junta especial de saúde nos casos de infratores contumazes. Em tempo recorde, um  
a um projeto de lei, de autoria do próprio governo.

ânsito. Aproveitando a ocasião, durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, os  
seção. Como o novo Código Nacional de Trânsito entraria em vigor no dia 22 de janeiro, o

Por deliberação da Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras, Trabalho Nacional de Psicologia do Trânsito, composto por representantes dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, cabendo a Secretaria Executiva ao CFP e CRPs 01 e 04. Buscando dialogar com o governo, parlamentares, Anpsitran e demais grupos de psicólogos interessados, o Grupo de Trabalho tem por finalidade trabalhar as possibilidades de reincluir a obrigatoriedade do exame psicotécnico também para as revalidações das carteiras de habilitação.

Todo o trabalho vem sendo desenvolvido com a preocupação de fazer melhorar a qualidade dos serviços de aplicação dos testes, que têm recebido muitas críticas, tanto da imprensa quanto de usuários e de próprios psicólogos. Na próxima reunião das Comissões de Organização e Fiscalização da Psicologia, será deflagrada uma campanha nacional pela valorização da prática profissional.

### Câmara Institucional preocupa-se com qualidade dos testes

Antes mesmo de FHC vetar o psicotécnico no Código de Trânsito, o CFP já estava preocupado com a qualidade dos testes de avaliação psicológica. Por isso, havia planejado construir uma política nacional para os instrumentos de avaliação psicológica, idealizando a Câmara Setorial Institucional dos Instrumentos de Avaliação Psicológica, composta pela adesão voluntária dos diversos segmentos ligados aos testes psicológicos, incluindo, é claro, o psicotécnico para habilitação de condutores de veículos automotores.

A atual diretoria do CFP esteve sempre na luta para fazer com que o psicotécnico retornasse ao Código de Trânsito, com a consciência de que há problemas em sua aplicação por todo o Brasil. Mas entende que não é acabando com ele que se estaria encontrando a solução para melhorar a qualidade do trânsito. "O fundamental é manter o psicotécnico procurando melhorá-lo, e a Câmara de Testes está trabalhando para isso", diz Marcus Vinícius O. Silva, representante do CFP na Câmara Setorial Institucional dos Instrumentos de Avaliação Psicológica.

#### Muito foi dito...

*"Um veto tirou nossa contribuição profissional na luta pela vida, pela segurança e pela cidadania." (Em manifesto da Associação Nacional de Psicologia do Trânsito - 26/09/97)*

*"O Conselho Federal de Psicologia vem solicitar, a V. Exa., um posicionamento firme em favor da derrubada do veto presidencial." (ofício enviado pelo CFP a todos os deputados e senadores, em 06/10/97)*

*"Apesar de avanços significativos, o Código Nacional de Trânsito apresentou um grande retrocesso. Ao sancionar a lei, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou os artigos que determinavam o exame psicotécnico como um requisito para obter a Carteira Nacional de Habilitação." (Jornal do Federal nº 50 - outubro/1997)*

*"A decisão de FHC, além de economizar R\$100 milhões da população, acaba com o faz-de-conta desses exames" (Deputado José Carlos Aleluia, PFL/BA, comentando o veto presidencial ao psicotécnico, na revista Isto É - 05/11/97)*

*"No dia 16 de dezembro, o Comitê Nacional dos Psicólogos (criado para derrubar o veto de FHC ao psicotécnico) se reuniu com o Ministro Clóvis Carvalho, que informou a respeito de um novo projeto de lei que o governo estaria enviando ao Congresso. Porém, ele também não cita avaliação psicológica, nem psicotécnico." (Jornal do Federal nº 51 - dezembro/1997)*

*"Com uma simples caneta, o Presidente da República tentou acabar com a profissão de psicólogo no Brasil." (Deputado Cunha Lima, PPB/SP, em discurso na Câmara dos Deputados - 15/01/98)*

*"O Presidente da República, mercê da ausência de assistência técnica, acabou vetando a realização do psicotécnico." (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, PT/SP, em discurso na Câmara dos Deputados - 15/01/98)*

*"Os psicólogos estão de parabéns. Foi o melhor lobby que eu vi no Congresso ultimamente." (Senador Ramez Tebet, PMDB/MS, durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado - 20/02/98)*



## Formação

# ABEP: uma entidade para cuidar da formação



No ano do seu 36º aniversário, a Psicologia brasileira está a um passo de conquistar um avanço significativo, no que diz respeito a qualidade da formação profissional. Trata-se da organização da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia (ABEP), que deverá estar concretizada em outubro deste ano.

O Fórum de Formação, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, em Ribeirão Preto, no mês de outubro do ano passado, aprovou, entre outros pontos, a criação da ABEP. O

Fórum de Entidades, composto pelas cinco entidades nacionais da Psicologia (SBP, ANPEPP, FENAPSI, CFP e ENEP) reunido este ano em Porto Alegre, nos dias 19 e 20 de fevereiro, desencadeou a discussão sobre o Estatuto da entidade. Em outubro de 1998, durante a XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, em Ribeirão Preto, a ABEP deverá ser definitivamente criada.

A Formação do Psicólogo é tema que preocupa a todos, mas não tem conseguido um espaço específico para seu debate, principalmente por não estar sob a responsabilidade direta de uma entidade. As entidades, no Brasil, têm, de alguma forma, discutido as questões que se referem ao ensino da Psicologia, à qualidade dos cursos e do profissional que se tem formado. Com certeza, continuarão cumprindo esta tarefa, mas está na hora de ter uma entidade que cuide especificamente da formação do psicólogo e que se torne, na sociedade, uma interlocutora privilegiada para este assunto.

A ABEP deverá reunir professores, profissionais e estudantes de psicologia que possam, com propriedade, fazer avançar as respostas que se tem acumulado nos diversos debates sobre "que psicólogo queremos formar?". Esta pergunta arrepia a todos, por ser tão recorrente no meio profissional e acadêmico. Segundo Ana M. B. Bock, presidente do CFP, esta é uma pergunta com muitas respostas, mas sem que nenhuma delas tenha sido satisfatória, exatamente porque não haverá resposta final. "A sociedade está em movimento e exigirá sempre um novo tipo de profissional. Assim, há que se ter um espaço para se buscar, permanentemente, novas respostas e, para isto, vamos construir a ABEP", conclui Ana Bock.



## MEC recebe propostas de Diretrizes Curriculares

A Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC lançou o Edital 04/97, chamando a discussão sobre as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, que atende ao inciso II do artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei nº 9.131/95. Com a nova lei ficam extintos os currículos mínimos que, até agora, guiavam a construção dos currículos plenos dos cursos de Psicologia no país. As novas diretrizes curriculares deverão ser aprovadas, ainda neste semestre, pelo Conselho Nacional de Educação, a partir de proposta apresentada pela Comissão de Especialistas no Ensino da Psicologia-SESu/MEC, que, por sua vez, deverá receber contribuições dos cursos de Psicologia existentes no Brasil. O prazo para entrega de propostas à Comissão de Especialistas é o próximo dia 29 de maio.

A Comissão de Especialistas do Ensino da Psicologia da SESu/MEC realizou reuniões em todo o país a respeito das Diretrizes Curriculares. Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia estão acompanhando estas reuniões e vêem, com muita preocupação, a atual proposta defendida pela Comissão de Especialistas. Inexplicavelmente, a Comissão quer definir as Diretrizes na direção inversa da formação generalista aprovada como diretriz pelo Fórum de Formação dos Conselhos de Psicologia, realizado em outubro último em Ribeirão Preto. A Comissão está defendendo um ensino especializado, que é uma conhecida expressão da política neoliberal, condensada na nova LDB.

A proposta da Comissão, a médio prazo, levará à extinção de áreas da Psicologia, como Psicologia Educacional e Comunitária. Sabe-se, por pesquisas e investigações, que se tem feito, que os alunos que escolhem Psicologia vêm com expectativas de atuar nos consultórios particulares na área da Psicologia Clínica e que é durante o curso que se pode ir abrindo seus horizontes e mostrando a importância da atuação também em outras áreas.

A formação, de acordo com a proposta da Comissão, se tornará tecnicista. Aprender um "fazer" específico, em uma área específica. E a Psicologia como ciência? E o conhecimento geral da Psicologia ficará com quem? Com alunos de algumas poucas escolas privilegiadas? "Não queremos contribuir para esta formação estreita e técnica. Queremos caminhar no sentido inverso, na direção de uma formação generalista, capaz de formar um profissional comprometido com a construção permanente do saber, comprometido com o movimento incessante da realidade social e a necessidade da adequação permanente do saber, enquanto teorias e técnicas de intervenção",

**É preciso dizer NÃO à proposta da Comissão de Especialistas.**



## Cuba sofre com intervenção dos Estados Unidos

A população cubana necessita de remédios e alimentos, mas o governo tem dificuldades de comprá-los devido ao bloqueio econômico

No dia primeiro de janeiro de 1959, a Revolução Cubana levou Fidel Castro ao poder e transformou a República de Cuba em um país socialista. Passados quase trinta anos, o governo revolucionário continua no comando, mas o fim do bloco socialista do leste europeu trouxe muitos problemas aos cubanos, que passaram a não mais contar com a cooperação daqueles países no fornecimento de produtos imprescindíveis à manutenção da qualidade de vida da população, principalmente alimentos, remédios e combustíveis. Para agravar estas dificuldades, os Estados Unidos endureceram o embargo econômico a Cuba.

Tudo começou em 1961, quando os Estados Unidos iniciaram o bloqueio econômico a Cuba, em protesto contra a concepção política do governo revolucionário. Em 1992, o presidente George Bush assinou a "Lei para a Democracia Cubana", ou "Lei Torricelli",

proibindo que as subsidiárias de empresas norte-americanas fizessem negócios com Cuba e que qualquer navio atracasse nos Estados Unidos se tivesse passado pela Ilha de Fidel. No dia 12 de março de 1996, o presidente Bill Clinton sancionou a "Lei

para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubanas" ou "Lei Helms-Burton", estabelecendo 16 posições políticas contra Cuba.

A proibição da entrada de Cuba na Organização dos Estados Americanos e nas instituições financeiras internacionais, o estabelecimento de um bloqueio internacional obrigatório no Conselho de Segurança da ONU e sanções aos países que prestem qualquer tipo de ajuda ao governo de Fidel são apenas alguns exemplos da intervenção norte-americana. Uma empresa de qualquer parte do mundo somente poderá manter relações comerciais com os Estados Unidos, desde que esteja sem comercializar com Cuba pelo prazo mínimo de seis meses.

A maior justificativa apresentada pelo governo norte-americano, de 1961 até hoje, tem sido a nacionalização das propriedades, com a expulsão dos estrangeiros que habitavam ou simplesmente passavam suas férias em Cuba, sem indenizá-los. Porém, suíços, franceses, ingleses e espanhóis, que tinham propriedades em Cuba, já receberam suas compensações financeiras do governo cubano. Segundo Jorge Ferrera Díaz, conselheiro político da Embaixada de Cuba no Brasil, o governo dos Estados Unidos não permite que Cuba pague a compensação financeira aos norte-americanos para utilizar esta questão politicamente.

O cubano Fernando González, doutor em Psicologia, que está lecionando na UnB, diz que o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos tem gerado muitas dificuldades ao governo cubano. Principalmente na aquisição de remédios e alimentos, cujas compras precisam ser feitas de forma indireta, muitas vezes via empresas fantasmas, encarecendo muito os produtos. Há, por exemplo, crianças com câncer que não recebem medicação. Mas ele considera que os piores anos para Cuba foram 1993 e 1994, quando a população sofreu o seu maior impacto.

Com otimismo, afirma que as coisas começam a melhorar e o crescimento econômico

cubano está retomando impulso. "A visita do Papa foi muito importante para mostrar que Cuba está aberta e, mesmo com o embargo, vem fazendo parcerias com empresas de países europeus e até do Canadá, sobretudo no turismo, que tem sido o maior atrativo para os investimentos estrangeiros", diz González.

Ainda segundo González, a democracia pressupõe diversidade e participação, por isso

*"Antes da revolução, Cuba era apenas um prostíbulo dos Estados Unidos. Há um sentimento antiimperialista em nosso país".*

*Fernando Vecino Alegret, Ministro da Educação Superior de Cuba*

considera um abuso dos Estados Unidos querer decidir o que é melhor para o povo de um outro país, com outra realidade. Ele reconhece que Cuba é um país como um outro qualquer, com um governo feito de virtudes e defeitos. Todavia, insiste em dizer que se trata de um país pequeno e não representa nenhum perigo aos Estados Unidos, mas eles mantêm o embargo econômico como forma de mostrar ao mundo seu poder de dominação.

"A ONU não aprova o embargo, mas também não faz nada de concreto para evitá-lo. Durante os últimos cinco anos, somente Estados Unidos e Israel votaram todas as vezes a favor da manutenção do embargo a Cuba, mostrando que o mundo não concorda com esta atitude, embora o poder econômico acabe falando mais alto, sempre com o apoio dos meios de comunicação de massa", conclui González.

Ao participar do XI Congresso Latinoamericano e Caribenho de Estudantes, em Brasília, no mês de fevereiro, o Ministro da Educação Superior de Cuba, Fernando Vecino Alegret, destacou: "Um país que abre mão de ter universidade pública deixa de ter soberania". Mas Alegret também falou sobre o bloqueio econômico sofrido por Cuba, considerando uma intervenção absurda o fato de um país querer decidir os rumos de uma outra nação. Para ele, os cubanos passam por dificuldades devido ao embargo imposto pelos Estados Unidos, mas enfatizou que antes era muito pior para a população. E desabafou: "Antes da revolução, Cuba era apenas um prostíbulo dos Estados Unidos. Há um sentimento antiimperialista em nosso país".





## Nós e a informática

# Informática e subjetividade



A vida cotidiana transformou-se substancialmente a partir do momento em que sistemas informatizados passaram a ser introduzidos nas relações entre pessoas, amigos e mesmo comunidades. Diferente das formas convencionais de comunicação, em que tinha-se o rádio, a TV, o cinema emitindo informações, entretenimento, esporte e música, a cibernética mudou nossa relação com o mundo nos proporcionando meios que nos permitem participar, nos envolver e até co-organizar esses mesmos processos. Deixamos de usar os aparelhos para atender para atender uma necessidade para encará-los como *relação dual*. Isso quer dizer que já podemos "dialogar" com eles, sentir diretamente seus efeitos sobre nós e reagir em retorno. As máquinas tornaram-se não apenas prolongamentos de nossos sentidos, nossos atos, nossas intenções, mas efetivamente cúmplices de nossas vidas.

Do ponto de vista psicológico, mais interessante do que os *video games*, que proporcionam um prazer especial aos jovens - onde, diferente da vida prática, em que qualquer intervenção ou inovação é negada, em que se está sempre à margem, aqui se tem novamente o domínio das coisas, pode-se atuar no mundo, tudo é possível - foram os programas clínicos, como o Eliza, o primeiro sistema inteligente em condições de funcionar como terapia. Mais tarde foi substancialmente melhorado pelo programa Depression 2.0, capaz de respostas inteligentes e intrigantes e visto pelos pacientes como "digno da sua companhia e conversa". Apesar da falta da sensibilidade e do olho do especialista, que naturalmente não analisa apenas pelas palavras, causou grande impacto no meio terapêutico e muitas pessoas se sentiram ajudadas por eles.

Os computadores e as vivências virtuais viabilizam também a circulação de identidade, o "pastiche de personalidade", criando em nós oscilações e exercícios que se de um lado nos tornam mais flexíveis, de outro, favorecem à desmontagem de um conteúdo moral padrão, nos viabilizando o exercício das vivências proibidas, desvios e perversões, sempre ao abrigo do anonimato. Além do mais, a rapidez de todos os processos nos treina na fluidez de relacionamentos. Desde o correio eletrônico, que nos estimula respostas rápidas, às vezes impensadas, diante de uma mensagem incômoda, até os *chats* e os relacionamentos eletrônicos, tudo fica excessivamente ligeiro, e, assim, fugaz, epidérmico, inconseqüente. A vida torna-se esse amontoado de puras sensações simples e baratas, por isso mesmo cansativas e a longo prazo sem motivação.

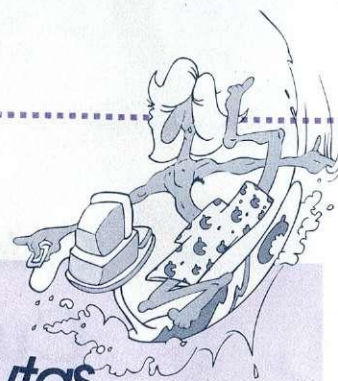
A informática separa as gerações na medida em que a mente dos jovens socializados pela máquina passa a funcionar diferentemente da do adulto, vindo de processos analógicos, verbais e fortemente baseados na tradição e na cultura do computador viabilizando acesso a fontes de informação instantânea ampla desproporcionalmente a quantidade de informações. Se o pai aprendeu a pensar analiticamente, o filho pensa em forma de varredura, diante de dados mais vastos e complexos, o que dinamiza outro tipo de inteligência.

**A questão mais complexa da relação com a máquina é a do domínio do espaço.** Nossas vivências cotidianas são marcadas pela noção do território, corporeidade, a combinação do tempo com o lugar onde se está. A informática reduz radicalmente nossa vivência do espaço, que no passado marcou a ampliação de nossa consciência a partir do conhecimento do outro: outro país, outra cultura, outras pessoas. Com os computadores, tudo isso fica "chapado", tem-se apenas uma fantasia desses territórios, uma relação imaginária, o que nos torna novamente abrutilhados, selvagens para o mundo e vai na direção da recusa, negação e hostilidade em relação ao outro físico e real.

A sociedade computadorizada - onde se pratica um sexo "limpo", porque puramente imaginado, onde os contatos são facilitados, porque não se tem a presença física do outro e todas as inibições que isso provoca, onde constituem-se comunidades virtuais que substituem a vida real, com seus perigos, violência e medos - é uma resposta às demandas desta sociedade de fim de século, sem empregos, aterrorizada pela aids, fechada em apartamentos ou casas vigiadas, vivendo uma situação em que a existência concreta e física, a vivência fora da redoma são fatos proibitivas. Por isso ela se alastra mais facilmente. É a viabilização de um mundo paralelo, virtual e substituto, quintessência da filosofia de branqueamento do social tornado inviável pela miséria, pela violência, pela droga. A questão é que não se vive só atrás da tela e enquanto navegamos alegremente a promiscuidade das ruas está corroendo redes, cabos e toda a armação desta sociedade imaginária.

**Ciro Marcondes Filho**

Professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP



## Internautas

- O CFP inova os debates sobre a Psicologia na Internet, através das Quintas Psicológicas. São palestras, com direito a intervenções dos internautas, sobre importantes temas ligados à Psicologia. Ocorrem sempre às 21:00 horas das quintas-feiras, na Sala 1 do Nice Talk, no site psicologia On-Line (<http://www.psicologia-online.org.br>). Confira o cronograma de abril e prepare-se com bastante antecedência para participar.

DATA	TEMA	PALESTRANTE
02/04	A Psicologia no enfoque esportivo	Kátia Rúbio
09/04	A Ética da Sedução	Carlos A. Figueiredo Da Silva
16/04	Psicologia Jurídica no Brasil	Álvaro Aguiar
23/04	A intervenção psicológica a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente	Claudemir Casarin
30/04	A confirmar	Rosângela Rego

- CEPCoS On Line é o boletim eletrônico do CEPCoS, uma organização não governamental com profissionais de saúde e educação que atuam em sexualidade, visando o estudo e a pesquisa de condições sexuais. Há informações sobre eventos e notícias sobre sexualidade que interessam prá valer aos profissionais de saúde e educação. Gostou? Então navegue pelo <http://www.masterbyte.com.br/cepcos> e mande um e-mail para [cepcos@uol.com.br](mailto:cepcos@uol.com.br) e passe a receber o boletim.
- O Índice Eletrônico de Publicações Seriadas Científicas Colombianas é uma boa pedida para quem quer conhecer melhor os avanços da Psicologia Clínica Latinoamericana. O endereço é <http://www.colciencias.gov.co/psca/avpsic/>
- Mais uma em espanhol! Conheça uma boa relação de periódicos sobre Psicologia, pelo site <http://www.uniovi.es/Uniovi/Apartados/Centro/Psicologia/revistas.html> e saiba tudo sobre as grandes publicações da área ou ligadas à Psicologia, geral ou específica. Confira mesmo! Este vem da Espanha e é 10!
- O site [http://www.iep.uminho.pt/iep/eve\\_psau.htm](http://www.iep.uminho.pt/iep/eve_psau.htm) traz todas as informações sobre o 2º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, com detalhes sobre a organização, apoio, data, local, estrutura, temas propostos, recepção de resumos, inscrições, informações e muito mais. Para tirar suas dúvidas, use o e-mail [iep@iep.uminho.pt](mailto:iep@iep.uminho.pt)
- <http://www.revistapsicologia.com.br> é o endereço da revista bimestral de Psicologia Catharsis, que já está em sua 17ª publicação. Nesta home page, além de conhecer a revista, você pode abrir um tema para o Fórum, onde todos os visitantes podem participar dos debates, via e-mail ([catarsi@ibm.net](mailto:catarsi@ibm.net)). Neste espaço você pode elogiar ou malhar a revista. A opinião é sua! Também é possível fazer perguntas aos psicólogos e autores das matérias, que serão respondidas via e-mail. É interessante conhecer!
- Prevenir é uma das políticas de saúde mais eficazes também quando os assuntos são drogas e AIDS. Mais do que buscar tratamentos ou reprimir o narcotráfico, trabalhar pela conscientização de adolescentes e jovens é um meio mais simples, eficiente e barato, mas causa um impacto político menor. Por isso, não interessa a muitos dirigentes políticos. Mas você, que quer discutir e aperfeiçoar políticas de prevenção, é super bem vindo ao site. O endereço é <http://www.terraviva.cidone.com.br/daridade/1272> e-mail: [ffilima@dialdata.com.br](mailto:ffilima@dialdata.com.br)
- Reino dos (malditos) insetos eletrônicos. Nada mais são do que aqueles defeitinhos que quase todo programa novo (ou não) carrega consigo. E para dar um ajudinha, nada melhor que um site para cuidar disso, o BugNet, no endereço <http://www.bugnet.com/>



## Tendências & Debates

# No Brasil, lutar pela democratização da comunicação é um ato de coragem

"É mais fácil passar a reforma agrária do que ver aprovado qualquer dispositivo que limite o poder dos empresários da comunicação." Essa era a frase mais ouvida nos gabinetes de deputados e corredores do Congresso Nacional durante a Constituinte, em 1987. Passados dez anos da discussão e nove da promulgação da nossa Constituição, continuamos na mesma situação. O capítulo aprovado naquela época, que trata da Comunicação Social, do direito de se informar e informar, do controle do monopólio e dos oligopólios, da regionalização da produção artística, cultural e jornalística, ainda está para ser regulamentado ou implementado. Os projetos referentes a esse capítulo se arrastam nas comissões do Congresso Nacional, onde os parlamentares da Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia legislam em causa própria, pois a maioria é proprietária de meios de comunicação, com raríssimas exceções.

Nesse panorama sombrio, o maior movimento social surgido depois do movimento Sem-terra, que são as rádios comunitárias, tem sido calado na ponta das metralhadoras da polícia federal, do confisco dos equipamentos e da prisão arbitrária de militantes, sindicalistas, mães e donas-de-casa. Parece incrível que isso aconteça hoje, na era do Brasil real. Agora

mesmo, enquanto este texto está sendo lido, dezenas de rádios comunitárias estão sendo fechadas, apesar do projeto que regulamenta esse serviço já ter sido sancionado pelo presidente, aguardando apenas a regulamentação.

O movimento surgido para implantação dos canais comunitários na TV a Cabo sofre com as limitações na busca de patrocinadores e na dificuldade da produção.

Na justiça, as ações de inconstitucionalidade, as ações populares, os recursos, as representações, continuam parados nos Tribunais e nas Procuradorias, aguardando que alguma pessoa de bem resolva passar os olhos e encaminhar os pedidos da sociedade por direitos líquidos e certos.

Os meios de comunicação de massa continuam insensíveis aos apelos da maioria da sociedade, de crianças, mães, professores, negros, mulheres, enfim, por mais qualidade na programação e menos violência. Os direitos humanos, então, estes parecem relegados a alguma plano inferior, inalcançável para uma sociedade sem saúde, sem casa, sem educação e sem emprego.

O que então nos resta fazer? Ir pra casa dormir? Nos render às evidências? Não!

A nós cabe resistir, usar nossa inteligência e nossas energias para colocar a bandeira da democracia nas comunicações na ponta da nossa ação estratégica. Trabalhar no Congresso Nacional, nos

*Os meios de comunicação de massa continuam insensíveis aos apelos da maioria da sociedade, de crianças, mães, professores, negros, mulheres*

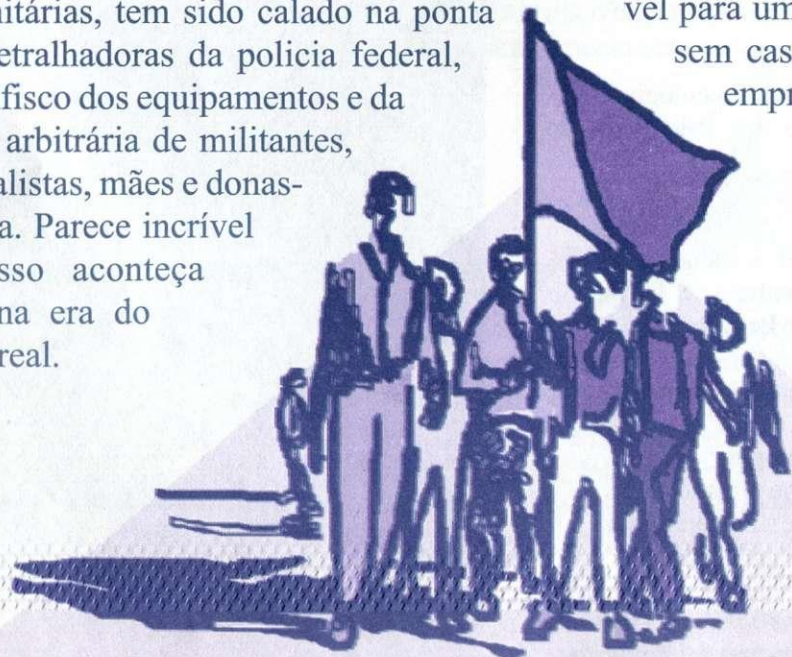
sindicatos, nas associações de moradores, nas igrejas, dentro de casa com nossos filhos e companheiros, nos nossos veículos de comunicação, na rua, em cada momento para tirar a mordida que nos obriga a calar, para cortar as amarras que nos impedem de agir.

Tarefa fácil? Não, muito difícil. Mas, que alguém precise fazer, urgente! E esses somos nós!

*Beth Costa - diretora da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*

**Aos psicólogos dos CRPs 07/RS e 12/SC**

O CFP vem esclarecer que os problemas ocorridos na cobrança de várias anuidades de 1998 são devidos a questões técnicas no processamento eletrônico do Banco do Brasil que, por outro lado, não informou ao CFP com tempo hábil para as devidas correções. Portanto, os Conselhos Regionais 07 e 12 estão isentos de qualquer responsabilidade. Nenhum psicólogo será prejudicado por causa deste contratempo. Maiores informações sobre as datas de vencimento, basta entrar em contato com o CFP.





## Em Pauta

# Psicólogos terão importantes eleições este ano

Em 1998, os psicólogos vivem com grande intensidade o clima de eleições. Acontece que, além de votar para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, cada psicólogo terá a oportunidade de escolher, por voto direto, as direções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Psicologia.

As eleições gerais no país acontecerão em outubro, momento em que os brasileiros poderão escolher o tipo de política que pretendem para nortear a qualidade de vida de toda a população, até o ano 2.002. O mesmo ocorre para os psicólogos em relação a sua profissão. Todos terão a oportunidade de definir os rumos da Psicologia até o ano 2.001, votando no dia 27 de agosto, nos futuros conselheiros do CFP e CRPs.

### O Calendário Eleitoral

Inscrições de chapas para concorrer aos CRPs	até 17/05/98 nos Congressos Regionais
Inscrições de chapas para concorrer ao CFP	de 24 a 28/06/98 durante o III CNP
Eleições diretas para o CFP e CRPs	27 de agosto (dia do Psicólogo) em todo o Brasil

### Planejamento define ações do CFP

O X Plenário do Conselho Federal de Psicologia, depois de um ano de gestão, reuniu-se para avaliar o trabalho desenvolvido e concluiu que os projetos devem ser mantidos e incrementados para 1998. A tarefa de cuidar da profissão de modo crítico, na direção da cidadania, mantém-se como prioridade, para fazer do CFP, efetivamente, uma referência no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Entre as ações previstas para este ano, destacam-se:

- ⊕ manutenção das parcerias com CRPs e várias entidades;
- ⊕ organização do III Congresso Nacional da Psicologia e das eleições para os CRPs e CFP;
- ⊕ fortalecimento do Fórum de Entidades e a criação da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia;
- ⊕ incentivo a delegações brasileiras para os Encontros Temáticos e Integradores dos Psicólogos do Mercosul;
- ⊕ organização do Seminário de Ética;
- ⊕ divulgação das discussões sobre diretrizes curriculares e regulamentação da LDB;
- ⊕ total apoio às intervenções do Movimento da Luta Antimanicomial e outros movimentos sociais;
- ⊕ intervenções nas políticas de promoção e defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ⊕ continuação do Projeto Memória Viva e construção da base de dados da Psicologia no Brasil;
- ⊕ ampliação das intervenções da Comissão de Direitos Humanos do CFP;
- ⊕ rearticulação das plenárias e movimentos de saúde, em favor da luta pela manutenção e ampliação do SUS;
- ⊕ realização de teleconferência de alerta aos psicólogos sobre as interfaces com a Psicologia;
- ⊕ intensificação da campanha sobre o equívoco de regulamentar a Psicopedagogia como profissão;
- ⊕ construção, com a Sociedade Brasileira de Psicologia, de uma posição conjunta sobre a Psicoterapia;
- ⊕ luta pela qualificação da Avaliação Psicológica junto a Câmara Institucional.

*O planejamento é muito mais complexo do que este resumo, mas já é possível ter uma idéia da linha de conduta prevista para 1998. No decorrer do ano, os psicólogos poderão acompanhar e participar destas e de muitas outras ações do CFP. Confiram!*

## FHC promove torturador

Conforme decreto publicado no Diário Oficial de 17 de fevereiro último, o Presidente da República nomeou o General de Brigada, Ricardo Agnese Fayad, para o cargo de Subdiretor de Saúde do Exército, que representa o segundo posto para tratar de questões relativas à saúde, no Exército. Em 1994, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro cassou o registro médico de Fayad, fato confirmado pelo Conselho Federal em 1995. Durante os processos de cassação, várias testemunhas comprovaram que Fayad participava de torturas em presos políticos nos anos 70, no DOI-CODI/RJ. Com esta nomeação, Fernando Henrique Cardoso apenas ratificou a atitude do Exército Brasileiro, que não respeitou as decisões dos Conselhos de Medicina e manteve um médico cassado em funções importantes da área médica.

A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia apela para que todos os psicólogos divulguem esta denúncia. Mensagens de apelo por carta, telefone, fax ou telegrama devem ser enviadas ao Presidente da República e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos para que, em nome da dignidade e da ética, seja anulada a nomeação de Ricardo Agnese Fayad para a Subdiretoria de Saúde do Exército. Os endereços são:

- *Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso*

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto - Brasília/DF - CEP: 70150-900  
Telefone: 061 411 1221  
Fax: 061 226 7566

- *Ilmo Sr. Secretário Nacional de Direitos Humanos José Gregori*

Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco T, Sala 420 - Brasília/DF - CEP: 70064-900



## Painel

### Revistas

- **PSIQUE**  
Ano 7, nº 11, nov/1997  
Faculdades Integradas Newton Paiva  
fone: 031 330 4505
- **REVISTA ROTEIRO**  
Vol. XX, nº 37, 1º semestre/1997  
Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Campus Joaçaba - fone: 049 522 0288
- **REVISTA DO DEPTO DE PSICOLOGIA - UFF**  
Vol. 8, Nº 1 e 2, jan-set/1996  
Universidade Federal Fluminense  
fone: 021 620 5194 - ramal 221
- **CADERNOS PELA VIDA**  
Ano VII, nº 23, 1977 - Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS de São Paulo fone: 011 258 7729
- **ESTUDOS DE PSICOLOGIA**  
Vol. 14, nº 1, jan-abr/1997  
Instituto de Psicologia - PUC/Campinas  
fone: 019 230 7180
- **BIOÉTICA**  
Vol. 5, nº 2, 1997  
Conselho Federal de Medicina fone: 061 346 9800
- **REVISTA ADUSP**  
Nº 12, dez/1997 Associação dos Docentes da USP fone: 011 818 4465 / 4466
- **LIDA**  
Ano 1, nº 5, nov-dez/1997 Ministério do Trabalho fone: 061 327 2236
- **PSICOLOGIA USP**  
Volume 8, nº 2, 1997 Instituto de Psicologia da USP fone: 011 818 4452

## Não Perca

### Teleconferência sobre a Psicologia no Brasil

☑ 24 de abril de 1998, das 09h às 12h

Participe das discussões sobre a Psicologia e as interfaces profissionais. Para captar as imagens na sua TV, basta sintonizar a antena parabólica na sua polarização horizontal, transponder 6A1, na frequência 3910. Endereços de auditórios e sintonias de canais locais a cabo serão divulgados em breve. Quem tiver interesse em reunir um grupo para acompanhar a teleconferência, deve entrar em contato com o assessor de comunicação do CFP. Serão divulgados, também, os números de fax para a sua participação. Aguarde!

### Livros

- **O CALENDÁRIO IMAGINADO**  
Adamo, Vera Lamanno - Editorial Psy,  
Campinas/SP, 1997. fone: 019 231 9955
- **IDENTIDADE DO PSICÓLOGO**  
Justo, Henrique - Editora La Salle,  
Canoas/RS, 1997, 2ª edição ampliada.  
fone: 051 472 5899
- **CÂNCER INFANTIL:**  
Compreender e agir  
Valle, Elizabeth R. M. - Editorial Psy,  
Campinas/SP, 1997. fone: 019 231 9955
- **CATÁLOGO DE PESQUISA**  
25 anos da Universidade Luterana do Brasil,  
Canoas/RS fone: 051 477 9118  
e-mail: editora@luther.ulbra.tche.br
- **PSICÓLOGO BRASILEIRO:**  
Práticas emergentes e desafios para a  
formação Achar, Rosemary (coord.) -  
Conselho Federal de Psicologia (vários  
autores), Casa do Psicólogo, São Paulo/SP,  
1994, 2ª edição fone: 011 852 4633  
e-mail: casapsi@psicnet.com.br

## Lançamentos

### Mira y López e a Psicologia Aplicada no Brasil

A Fundação Getúlio Vargas está lançando este livro, organizado por Suely Braga da Silva e Paulo Rosas, para comemorar o centenário de nascimento de Mira y López, médico cubano, professor de psiquiatria, um dos mentores da Psicologia Aplicada no Brasil e fundador do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da FGV.

O livro aborda importantes estudos feitos pelo autor, no Brasil, nas décadas de 50 e 60, além de mostrar como se desenvolveu a Psicologia Aplicada no que diz respeito a formação de profissionais nos diversos segmentos do mercado de trabalho. É uma importante parte da história da Psicologia no Brasil.

O lançamento oficial do livro está marcado para o dia 25 de março, às 18 horas, no Salão Nobre da Fundação Getúlio Vargas, Praia do Botafogo, 190 - 12º andar, Rio de Janeiro.

Preço: R\$18,00.  
Maiores informações pelo  
telefone 021 536 9192.



## Eventos



**Congresso Violencia 98 - Fundación Instituto Para El Estudio De La Violencia** 22 a 27/03 Caracas -Venezuela  
Tel. 58-2-573.6624

**Curso (180 horas):** Reabilitação das Fissuras Lábio-Palatais, nas áreas: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social março a julho/98 Bauru/SP  
Tel. 014 235.8420

**II Congresso Latino-Americano e I Congresso Brasileiro de Psicoterapias Cognitivas** Presidente do Congresso: Dr. Paulo Knapp 02 a 04/04 Gramado/RS  
Tel. 051 311 2578 Fax. 311 9456

**IV Congresso Nacional de Psicologia Escolar - ABRAPEE e UNIPÉ** 03 a 07/04 João Pessoa/PB  
Tel. 083 231 1418 Fax. 231 1130

**Curso: Conceitos Teóricos e Práticas de Intervenção** 07/04 a 30/06 Instituto Psicologia USP/São Paulo  
Tel. 011 864 3133

**VIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano e II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise - Seminário de Jacques-Alain Miller** 18 a 21/04 Salvador/BA Tel. 071 237 7151  
ebpbahia@svn.com.br

**III Congresso Brasileiro e V Encontro Brasileiro de Psico-Oncologia** 29/04 a 02/05 Goiânia/GO Tel. 062 224 3737  
Fax. 229 0871

**VII Congresso Brasileiro de Psicologia do Exercício e do Esporte e I Congresso Catarinense de Psicologia do Esporte - SOBRAPE** 30/04 a 02/05 Laguna/SC  
Tel/Fax. 051 3321510 ou 328 4686

**7º Programa de Estudos - Saúde Reprodutiva e Sexualidade** 04 a 22/05 UNICAMP  
Campina/SP Tel. 019 788 8576 Fax. 788 8150

**IV Congresso Paulista de Sexualidade Humana - Centro de Estudos e Pesquisas de Comportamento e Sexualidade** 07 a 09/05 São Paulo/SP  
Tel/Fax. 011 881 9147

**I Conferência Internacional de Estudos da Maturidade - I CIEM** 13 a 15/05 Águas de Lindóia/SP Tel. 011 3676 0688 Fax. 3676 0689

**VIII Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos e XI Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos - Racional Consultoria e Planejamento de Pessoal Ltda** 27 a 30/05 Gramado/RS Tel. 051 332 9293  
Fax: 332 8404

**VIII Congresso Peruano e II Congresso Internacional de Sexologia** 03 a 07/06 Arequipa - Peru  
Tel/Fax 0051-14-224-3585

**II Congresso Iberoamericano de Psicologia** 13 a 17/07 Madrid - Espanha Tel. 34-1-541.99.99 /98  
Fax. 34-1-547.22.84 cibroa@correo.cop.es

**World Congress Of Behavioral and Cognitive Therapies** 21 a 26/07 Acapulco - Mexico Tel. 5-25 606 7720

**Primer Congreso Ecuatoriano de Sexología y Educación Sexual** 23 a 26/07 Quito - Ecuador  
ampass1@ampass.org.ec

**III Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano de Terapia Familiar** 30/07 a 02/08 Rio de Janeiro/RJ  
Tel. 021 509 4080



**Linguagens**

# "Remédio vivo"

Carência de vida, de felicidade, de resposta,...  
só se cura com vida, com "remédio vivo".

Remédio-resposta, remédio ansio.

Remédio-ponte (passagem/mediação), remédio-encontro.

Remédio-gente, para superação e cura de carências de vida humana.

Remédio-gente viva-fantasia.

Resposta fundamental, necessária, indispensável ao letivo da dor  
e à superação do medo de sentir dor, que paralisa a inteligência e a vontade.

Remédio-emoção-plenitude.

Tônico que encoraja enfrentar os riscos de viver e de conviver, de gozar e de sofrer.

Indicado para se obter o reencontro com o ego, com o sentido mais verdadeiro da própria realidade.

Através de relações e correlações, de dimensionamentos e redimensionamentos,  
obtem-se um aumento da auto-estima e da estima, melhor ordenada, do que existe à volta.

Com novos sentidos e perspectivas, a vida ganha merecimento, dignidade e respeito.

Subjetividade e objetividade se encontram, se desencontram e se tornam a encontrar, suscivamente...

Remédio-sorriso-indignação-esperança.

Remédio-todos os altos e baixos humanos... Remédio vivo interagindo com vida.

Teste de vida.

Medo de fracassar, medo de magoar.

Trocas suadáveis, mutuamente justas.

Vidas com nomes e endereços...personalizadas, identificadas, confiantes e confiáveis,  
mutuamente cúmplices.

Remédio vivo-eficaz, que chega onde está o mal, onde está a dor... que, antes de suavizá-la,  
faz com que doa ainda mais.

Dor de reconhecimento, de enfrentamento, de coragem/covardia (assumida ou negada),  
de resolução e de solução.

O ego identificado em suas capacidades e limites no aqui/agora.

O psicoterapeuta como remédio vivo.

Ser humano que se dispõe compartilhar sua vida com a vida de quem precisa de mais vida,  
melhor vida, num contexto original e desconhecido.

Mundo a ser visto e decifrado dentro e fora.

Num espaço especialmente destinado a esse objeto,  
cliente e psicoterapeuta desenvolvem seus papéis, aberto às supressas,  
que a vida sempre costuma esconder no inconsciente de cada pessoa.

José Morelli - CRP 06/SP

NO FUNDO,  
FUNDO  
FUNDO  
FUNDO  
FUNDO  
FUNDO

TE AMO.  
DO QUINTAL?  
DO POÇO?  
DO MAR?  
DE QUÊ?  
DA MINHA MENTE,  
O DITO  
INCONSCIENTE?  
DO MEU CORAÇÃO,  
ALMA EM  
REVOLUÇÃO?  
(TUDO É PANO DE

FUNDO

FUNDO)

A - FUNDO.  
FUNDO

METAIS,  
ALQUIMISTA:

TE FUNDO

Aí vai minha preterição poética.  
Luiz A. G. Cancellato / CRP 06  
Santos/SP

Aos psicólogos poetas artistas, fotógrafos, e delirantes:  
mandem o seu ensaio estético para Linguagens.



## III CNP será em Florianópolis, de 24 a 28 de junho

*A categoria está construindo o III CNP a partir de eventos regionais, onde os psicólogos discutem os assuntos pautados e elegem os delegados para representá-los. Confira o cronograma da sua região.*



O III Congresso Nacional de Psicologia acontecerá em Florianópolis (SC), no Hotel Canto da Ilha, da CUT, entre os dias 24 a 28 de junho de 1998. Previsto para acontecer a cada três anos, o CNP transformou-se no lugar privilegiado da discussão coletiva dos psicólogos, democratizando as decisões da categoria.

Os gastos dos delegados com traslados, hospedagem e alimentação dos Congressos Regionais e Nacional serão custeados pelos Conselhos Regionais e Federal, respectivamente. Para participar do III CNP, como delegado, é preciso estar inscrito no CRP, quite com sua anuidade e ser eleito no seu Congresso Regional. Mas é necessário tomar conhecimento do regimento do Congresso Regional, pois cada CRP pode ter outras exigências para participar do evento. Para maiores esclarecimentos, o psicólogo deve procurar o seu Conselho Regional.

### A Profissão de Psicólogos e suas interfaces: diretrizes para a ação dos Conselhos Profissionais

Este tema, que compõe a pauta do III CNP, é retirado da prática, da vivência profissional que vimos tendo como psicólogos. Temos vivido embates, temos tido dúvidas, temos visto nossa profissão invadida, temos, quem sabe lá, invadido a seara alheia. São dificuldades que vão se configurando no "fazer" da Psicologia. São polêmicas previsíveis quando se considera a fragmentação do trabalho, das especialidades profissionais e das ciências. As profissões acabam tendo fronteiras pouco definidas, e as chamadas "interfaces" aparecem, trazendo questões que precisam ser debatidas para que ações sejam desencadeadas no sentido de permitir que nossas práticas possam ser cooperativas e se somem a partir de contribuições claras e definidas de vários profissionais. Assim, temos hoje interfaces com os administradores, com os médicos, com os assistentes sociais, pedagogos, fonoaudiólogos e outros profissionais que atuam na área da saúde, da educação e junto aos recursos humanos das empresas.

Acreditamos que, enfrentar com maturidade estas questões, implica obrigatoriamente no debate e na consequente definição de ações políticas de nossos Conselhos Profissionais.

*Ana Mercês Bahia Bock*  
Presidente do CFP

### Participação dos Conselhos nas políticas públicas

A participação dos Conselhos Profissionais nas políticas públicas é compromisso que se impõe. Hoje, somos constantemente convocados a assumir responsabilidades sobre questões sociais da atualidade. O trânsito, o porte de armas, a segurança pública, a saúde, a educação, os direitos humanos, entre outros, são movimentos que exigem de nós um posicionamento crítico.

A história nos auxilia a lembrar que, pela tradição de atrelamento aos aparatos do Estado, os Conselhos serviram, muitas vezes, como forma de

controle e coerção das profissões, e raramente foram procurados como fonte de consulta técnica e política de uma determinada profissão para a sociedade.

A trajetória de nossos Conselhos Regionais e Federal não esteve alheia a esta realidade. Contudo, com o crescimento das formas de inserção dos cidadãos e entidades profissionais em nosso país, novas realidades delinearam-se. Hoje, as marcas do passado nos fazem estar presentes junto a intervenção nas políticas públicas e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

*Emília de Lima Estivalet*  
Presidente do CRP 07/RS

### Globalização e suas repercussões na profissão: Estratégias de Ação

O mundo vive a era da chamada "globalização", projeto neoliberal que busca a intensificação das relações econômicas internacionais como resultado da maior liberalização das economias, da expansão de mercados, em especial do movimento de capitais, e da relativa redução das dimensões e da intervenção do Estado. Este modelo fortalece as grandes empresas internacionais (transnacionais), com a abertura total para o capital privado, movido pelo discurso da "competitividade" e apoiado no imaginário dos "modelos de qualidade", incluindo saúde e educação, setores essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Surge, então, a questão: O que nós, psicólogos, temos a ver com essas mudanças? (1) Este modelo, ao reduzir o tamanho do Estado, comprime as possibilidades de acesso da sociedade a serviços básicos; (2) Para a sua implantação, vem promovendo um agressivo esfacelamento das organizações e instituições de defesa dos interesses da sociedade; (3) Aponta para a desregulamentação futura das profissões; (4) Paralelamente, com base em acordos regionais, no caso brasileiro, o Mercosul, definem-se novas relações de trabalho, onde deverão estar estabelecidas regras para a livre circulação de mão-de-obra e serviços.

Diante deste quadro, e dos novos paradigmas que se nos apresentam, acreditamos ser de vital

importância que os psicólogos brasileiros se posicionem e definam estratégias de ação, que busquem objetivar o seu desenvolvimento profissional e a defesa de mecanismos que possam contribuir para a melhoria da saúde da população.

*Miguel Angel Cal Gonzalez*  
Presidente do CRP 03/BA-SE



### Ligue-se nas datas

#### CRPs Datas dos Congressos Regionais

CRP-01	16 e 17/05/98
CRP-02	15 a 17/05/98
CRP-03	16 e 17/05/98
CRP-04	14 a 16/05/98
CRP-05	14 a 17/05/98
CRP-06	16 e 17/05/98
CRP-07	16/05/98
CRP-08	15 e 16/05/98
CRP-09	17/05/98
CRP-10	08 e 09/05/98
CRP-11	15 a 17/05/98
CRP-12	16 e 17/05/98
CRP-13	15 a 17/05/98
CRP-14	15 a 17/05/98
CRP-15	15 e 16/05/98

**\*ATENÇÃO\*** As datas foram informadas pelos respectivos CRPs. Entre em contato com o seu Conselho Regional para conhecer as datas dos pré-congressos e demais atividades preparatórias.



## Número de delegados: um assunto polêmico

A questão do número de delegados a que cada região terá direito no III Congresso Nacional da Psicologia tem sido, sem dúvida, um dos aspectos mais polêmicos e difíceis de ser enfrentado no processo de construção do Congresso. A ênfase que quero dar, nesta pequena apresentação dos artigos que traduzem as duas posições no debate, é exatamente a do processo de construção do Congresso e da organização dos psicólogos. Este deve ser o eixo da questão: como se está entendendo o processo? Como cada grupo concebe a construção da instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos? Os Congressos são compostos por delegados, que representam a quem? À região? Aos Conselhos? Como estes delegados devem ser escolhidos? Quantos delegados devem ser eleitos? São questões que permeiam a polêmica. São questões polêmicas do processo.

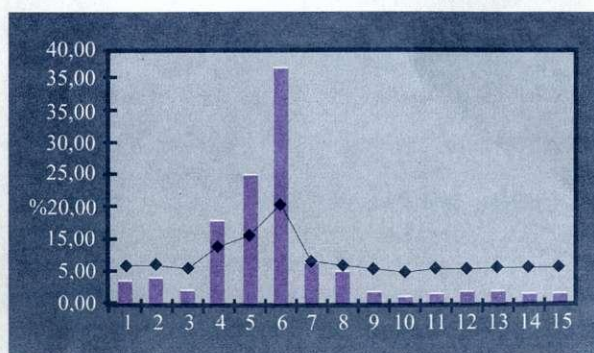
O Conselho Federal de Psicologia, entendendo que possui neste processo um papel importante como mediador e estimulador do debate das questões polêmicas, procurou contribuir apresentando uma proposta, na Assembléia de Políticas Financeiras e Administrativas, que pudesse significar um avanço na organização dos psicólogos e que pudesse administrar os diferentes interesses existentes no Sistema. Não obtivemos êxito. Não conseguimos construir o consenso. As dificuldades permanecem e os embates não puderam ser superados. No entanto, entendemos que o III Congresso Nacional da Psicologia é a meta de todos. Assim, o processo deve ter prosseguimento. Vamos construir um grande Congresso, um Congresso forte, um Congresso representativo. E nesta tarefa estaremos juntos.

Diretoria do CFP

### Por uma representação democrática

A principal alteração efetuada para o III CNP foi referente à composição das delegações modificando-se drasticamente em relação aos Congressos anteriores. Infelizmente, com alegações destituídas de critérios justificáveis tais como: melhorar a qualidade, evitar o "rolo compressor" das grandes delegações, economizar gastos, etc., se verificarmos atentamente, de fato não procede qualquer lógica nesta atitude, provocando nos Regionais que possuem uma maior concentração de profissionais uma queda acentuada na participação com sua devida representatividade. Basta verificarmos a tabela publicada no encarte especial do Regimento do III CNP e realizarmos algumas operações matemáticas que surgirá o seguinte gráfico:

■ % Psi total  
◆ % Delega total



Regionais

As barras significam o percentual de psicólogos ativos em cada Regional em relação ao total de psicólogos do país. A linha pontilhada a porcentagem de cada delegação. Não é necessário comentar esta distribuição tão irregular. Certamente esta configuração não favorece um Congresso democrático e participativo. Curiosamente, para se obter a maioria absoluta (50% + um), o "rolo compressor", seria necessário juntar as quatro maiores delegações acrescidas de mais uma delegação pequena, situação difícil de ocorrer se o tema for polêmico. Igualmente, no II CNP também seria necessário a mesma operação para se obter o temido "rolo compressor".

Infelizmente, não conseguimos obter de nosso órgão máximo de deliberações a mesma concepção de participação representativa apresentada nas leis, que tanto defendemos e valorizamos: Sistema Único de Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, etc..

*Manifestação conjunta dos Conselhos Regionais de: Pernambuco/02, Rio de Janeiro/05, São Paulo/06 e Paraná/08. Elaborado por Sidnei Celso Corocine Presidente CRP06 - gestão "Psicologia em ação"*

### Números também são políticos

A questão do número de delegados de cada região ao III Congresso Nacional da Psicologia é uma questão política e as diferentes visões expressam diferentes concepções políticas de Congresso e de representação dentro do sistema dos Conselhos Profissionais. Alguns aspectos desta polêmica merecem destaque:

Ao se propor a alteração dos números de delegados, não se está alterando qualquer decisão dos I e II Congressos Nacionais, pois os critérios, aprovados nestas instâncias, se referem a uma base fixa e uma proporção de delegados considerando-se o número de psicólogos registrados em cada região. Basta ler o documento síntese destes Congressos

para se conferir este dado. Não propusemos alteração de critérios, apenas de números. Assim, a base fixa de 6 (seis) delegados foi alterada para 8 (oito) e a proporção foi aumentada de 1 delegado por cada 1000 psicólogos inscritos, para 1 delegado por cada 2000 psicólogos.

E como os números são políticos? Vamos retomar a história. No II CNP, Conselhos Regionais com menor número de psicólogos registrados (BA, PB, SC, GO, entre outros) mobilizaram, proporcionalmente, um número maior de psicólogos para preparação e participação de seus Congressos Regionais. Em contrapartida, Conselhos Regionais com muito mais de psicólogos inscritos apresentaram menor grau de mobilização. Assim, a proposta de alteração do número de delegados expressa uma perspectiva política que, ao rever os números, pretende reorganizar o movimento dos psicólogos, privilegiando a mobilização da categoria nas diferentes regiões do Brasil.

Não estamos querendo polemizar, colocando grandes Regionais versus pequenos. Mas não queremos estar cegos ao esforço e crescimento organizativo das pequenas regiões. Portanto, a discussão é sobre a mobilização e o trabalho político. Entendemos que, neste momento, a mudança de números refletirá as características da organização atual da categoria. Para o IV CNP, as exigências poderão ser outras e, em consequência, os números poderão mudar novamente. Números podem, assim, guardar em si muitos argumentos políticos. Discuti-los com seriedade é o que pretendíamos na Assembléia de Políticas Financeiras e Administrativas, quando infelizmente, nossos interlocutores não quiseram nem mesmo ouvir nossos argumentos.

*Documento conjunto dos CRPs: 03 (BA/SE), 04 (MG/ES), 07 (RS), 09 (GO/TO), 10 (PA/AP), 11 (CE/MA/PI), 12 (SC), 13 (PB/RN), 15 (AL) e CFP. Elaborado por Carmem Rodrigues Paulino, Presidente do CRP 09.*

*Este suplemento especial é de responsabilidade da comissão organizadora do III CNP.*